



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Secretaria de Gestão Administrativa

Coordenadoria de Licitações e Contratos

Seção de Atendimento aos Sistemas Administrativos e Contratações Diretas

SASAC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 364/2019

PAD nº 6323/2019

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede em Curitiba-PR, na Rua João Parolin, 224, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, pelo presente instrumento, regido pela Lei 8.666, de 21.06.93 e legislações pertinentes, contrata a empresa **ALESSANDRINI & CIA LTDA (ALESSANDRINI COMUNICACAO VISUAL)**, inscrita no CNPJ n.º **08.407.695/0001-32** com sede em Curitiba-PR, Rua Francisco Torrez, 143, Centro, CEP 80.060-130, telefones (41) 3018-8819, e-mail alessandrini@alessandrini.com.br, para confecção de placas comemorativas e placas de identificação visual, para a Usina Fotovoltaica de Paranavaí, deste TRE-PR, mediante **dispensa de licitação**, com fulcro no **Artigo 24, inciso II**, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*, bem como nos termos da Regulamentação Administrativa nº 06/2015:

Art. 24. *É dispensável a licitação:*

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; [...]

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada, para confecção de placas comemorativas e placas de identificação visual, para a Usina Fotovoltaica de Paranavaí, deste TRE-PR, conforme especificações constantes neste Termo.

1.1. Especificação do objeto

ITEM	QUANT	MATERIAL
01	01	Placa comemorativa em bronze 70x100cm
02	01	Placa comemorativa em Inox com base granito 35x50cm
03	01	Placa comemorativa em Inox com base granito 25x38cm

ITEM 01 – PLACA COMEMORATIVAS EM BRONZE:

Descrição:

- a) fundida em BRONZE MACIÇO;
- b) com Brasão da República tamanho pequeno sobreposto à placa;
- c) medidas 70cm X 100cm;
- d) padrão existente no TRE-PR;
- e) Textos: DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Sra. Rubiane Barros Barbosa Kreuz, fone: (41) 3330-8535;
- f) garantia: permanente.

ITEM 02 – PLACA COMEMORATIVA EM AÇO

Descrição

- a) em AÇO;
- b) fotogração por corrosão;
- c) com aplicação de verniz;
- d) 04 parafusos sextavados de latão (com buchas);
- e) base em granito;
- f) medidas da placa: 35 x 50cm;
- g) medidas da base: 40 x 55cm;
- h) padrão existente no TRE-PR;
- i) Textos: DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Sra. Rubiane Barros Barbosa Kreuz, fone: (41) 3330-8535;
- j) garantia: permanente.

ITEM 03 – PLACA COMEMORATIVA EM AÇO

Descrição

- a) em AÇO;
- b) fotogração por corrosão;
- c) com aplicação de verniz;

- d) 04 parafusos sextavados de latão (com buchas);
- e) base em granito;
- f) medidas da placa: 25 x 38cm;
- g) medidas da base: 30 x 43cm;
- h) padrão existente no TRE-PR;
- i) Textos: DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Sra. Rubiane Barros Barbosa Kreuz, fone: (41) 3330-8535;
- j) garantia: permanente.

1.2. As características das placas seguem nos desenhos descritivos, anexos, de acordo com a numeração de cada desenho.

1.3. MARCA: Alessandrini

2. GARANTIA

2.1 Os materiais e serviços objeto da presente contratação deverão ser de primeira qualidade e obedecer à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

2.2. O material que apresentar qualquer defeito ou imperfeição deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação feita pelo gestor da contratação do TRE.

2.3. Em caso de substituição de produtos, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. LOCAL: as placas deverão ser entregues na Usina Fotovoltaica de Paranavaí, sito na Rua Longuino Eduardo Boraczynski, s/n, esquina com Conde Francisco Matarazzo, Paranavaí-PR.

3.2. PRAZO: a entrega deverá ser feita, no máximo, de 07 (sete) dias, contados a partir da comunicação pelo gestor deste TRE-PR.

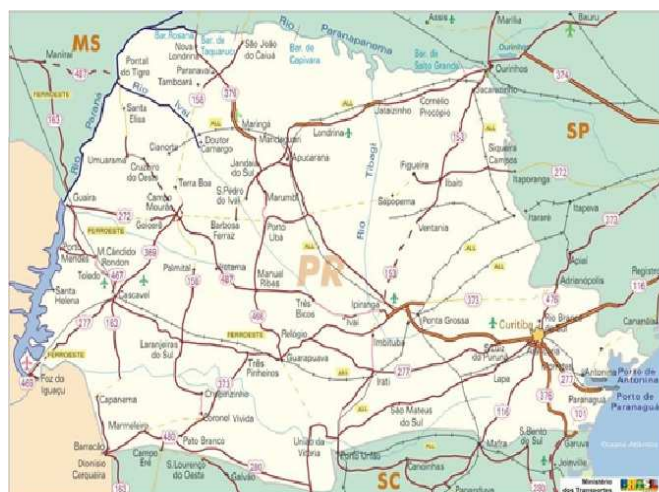
3.2.1. Os materiais deverão estar concluídos, impreterivelmente, com 02 (dois) dias de antecedência à data de inauguração da Usina Fotovoltaica de Paranavaí, marcada para o dia 28.06.2019.

3.2.2. A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do comunicado feito pelo TRE-PR. O não cumprimento deste prazo, injustificadamente, sujeitará a empresa às penalidades cabíveis.

3.3. PERÍODO: no horário das 12 às 19 horas, realizando o agendamento junto ao gestor da contratação, Sr Domício Prates Ribeiro Filho, da Seção de Cerimonial, por meio do telefone (41) 3330-8966 ou e-mail cerimonial@tre-pr.ius.br.

3.4. Coordenadas geográficas da UFV

Localização do Empreendimento				
Município	Paranavaí			
Estado	Paraná			
Coordenadas geográficas	Latitude	23° 5'57.17"S	Longitude	52°29'29.50 "O
		7444717.25 m S		347246.51 m E
Fuso	22 K			
Altitude	450 m			





4. CÓDIGO SIASG

O CÓDIGO para lançamento no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG será **BR150653: Placa identificação**. Unidade de fornecimento: **UNIDADE**.

5. VALOR

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 12.620,00** (doze mil, seiscentos e vinte reais), sendo: R\$ 850,00 para a placa de inox, medindo 35 x 50cm, com base de granito, R\$ 9.850,00 para a placa de bronze fundido, medindo 70 x 100cm, R\$ 520,00 para a placa aço inox, medindo 25 x 38cm, com base de granito e R\$ 1400,00 para a instalação.

5.2. Estão inclusas, no valor contratado, quaisquer despesas com frete, bem como eventuais despesas decorrentes da substituição de materiais entregues em desacordo e demais impostos inerentes à contratação.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. Em conformidade com a CF/88 art. 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”;

6.2. Assim, quando o Poder Público toma a sustentabilidade como princípio norteador para a contratação de bens e serviços, além de fazer uma análise mais adequada da real necessidade das contratações, fomenta a produção e o consumo sustentável;

6.3. Em alinhamento com a Política de Sustentabilidade do TRE-PR, encontram-se solicitados critérios de sustentabilidade, onde são considerados os três pilares: econômico, social e ambiental.

6.4. Para a presente aquisição destacamos a questão social, no tocante à segurança dos usuários das edificações.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá:

- 7.1.** Designar um responsável pela contratação, informando e-mail e telefone para contato.
- 7.2.** Executar o objeto conforme informações contidas neste Termo e em atendimento à legislação, às normas e aos padrões vigentes que tratam da matéria.
- 7.3.** Fornecer os produtos e serviços objetos do presente termo, conforme suas especificações, observadas as demais cláusulas da contratação.
- 7.4.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE-PR e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com a execução do objeto contratado.
- 7.5.** Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si.
- 7.6.** Cumprir todas as condições apresentadas na proposta.
- 7.7.** Concluir a entrega no prazo, conforme estabelecido neste Termo.
- 7.8.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE-PR.
- 7.9.** Manter seus empregados, quando em serviço no TRE-PR, devidamente identificados.
- 7.10.** Arcar com eventuais prejuízos causados à TRE-PR e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução dos serviços objeto deste Termo.
- 7.11.** Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências do TRE-PR.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1.** Propiciar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto deste Termo.
- 8.2.** Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 8.3.** Efetuar o pagamento à contratada de acordo com os preços, os prazos e as condições estipuladas neste Termo.

9. RECEBIMENTO

- 9.1.** Os serviços, objeto da contratação, serão recebidos, definitivamente, pelo gestor da contratação, em até 02 (dois) dias úteis.

9.2. Recebido o objeto, mas constatada qualquer falta/defeito/imperfeição, a contratada deverá providenciar a correção ou substituição do material no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados do comunicado do gestor, sem quaisquer ônus adicionais à proposta.

9.3. Esgotado o prazo, sem que haja correção ou substituição do material em desacordo, os dias excedentes serão considerados como de atraso na entrega, cabendo a aplicação das sanções previstas neste Termo.

10. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A despesa correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0041 – JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA – 33.90.30.15.

11. FISCALIZAÇÃO

Nos termos da Lei 8.666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, o acompanhamento desta contratação se dará pelo gestor e, em suas ausências, afastamentos e impedimentos, por seus substitutos oficialmente designados.

11.1. Caberá ao gestor:

a) Acompanhar a contratação de acordo com as cláusulas deste Termo, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;

b) Comunicar à contratada, via e-mail, carta ou ofício, os problemas relacionados à execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los ou para correções dos defeitos ou irregularidades encontradas;

c) A persistirem as irregularidades, abrir processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), instruí-lo devidamente, com todas as informações pertinentes, em formulário específico, anexando cópia do e-mail enviado para o fornecedor referente à intenção de abertura de processo administrativo e com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada e encaminhá-lo para apreciação superior.

d) Receber e atestar o documento fiscal referente à execução do objeto, encaminhando-o ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-PR para pagamento;

11.2. Se houver desacordo nas especificações do objeto, contidas nesse termo, não ocorrerá o atestado do documento fiscal.

12. PAGAMENTO

12.1. O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor da contratação do TRE-PR por e-mail, cerimonial@tre-pr.jus.br, em formato “.pdf”, ou poderá

ser apresentado na forma física, à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº. 224, 1º. andar, Prado Velho, Curitiba-Paraná, igualmente direcionado ao gestor.

12.2. O documento fiscal deverá ser emitido pela contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do aceite do objeto deste termo e deverá conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria contratada.

12.3. Outras especificações necessárias ao documento fiscal, as quais são requisitos indispensáveis para que possa ser atestado e encaminhado para pagamento:

- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81

- Data de emissão do documento fiscal

- Descritivo dos valores unitário e total;

12.4. Caso a empresa contratada seja optante do SIMPLES, deverá a NF estar acompanhada de Declaração, conforme anexo IV da IN 1234/12 da SRF, nos termos do Inciso XI do artigo 6º;

12.5. O atesto do documento fiscal deverá ser feito até 05 (cinco) dias úteis, após comprovação do cumprimento de todas as exigências desta contratação;

12.6. O documento fiscal, acompanhado das certidões regularizadas da empresa, após o atestado da contratação, deverá ser encaminhado à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se providencie o pagamento;

12.7. O pagamento será feito em parcela única, por meio de ordem bancária creditada na conta corrente da contratada, no valor do documento fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis para contratações até R\$17.600,00, e até 20 (vinte) dias corridos para a contratações acima deste valor, sempre contados após o atestado do documento fiscal;

12.8. Caso a contratada esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, conferida pela contratante para pagamento, estará sujeita à abertura de processo administrativo, visando regularizar a documentação sob pena de ser aplicada a sanção de advertência;

12.9. A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor do documento fiscal correspondente, quando a contratada lhe der causa;

12.10. O não atendimento às especificações do documento fiscal, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, darão causa às penalidades cabíveis;

12.11. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

12.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e mediante solicitação formal da interessada, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo TRE-PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$.

13. SANÇÕES

13.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das sanções, de acordo com a Lei nº 8666/93:

a) Advertência;

b) Multa:

1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, pelo atraso na entrega do objeto, ou do(s) item(ns), limitado a 30 (trinta) dias.

1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, ou do(s) item(ns), sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima.

1.2) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, multa compensatória de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do objeto, ou do(s) item(ns), da contratação.

2) Multa compensatória de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do objeto, pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado.

3) Multa de 5,0% (cinco por cento), sobre o valor total da contratação, pelo inadimplemento de obrigações acessórias.

4) Multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor do objeto, ou do(s) item(ns), pelo não atendimento a qualquer chamado feito pela contratante para correção de problemas, manutenção, não atendimento ao prazo de garantia, ou pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas.

5) Multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor do objeto, ou item(ns) da contratação, pela entrega em desacordo com o estabelecido neste instrumento;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, de acordo com a natureza da falta;

13.2. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo;

13.3. A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus (quando couber).

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

Dúvidas referentes a esta contratação poderão ser sanadas com a Seção de Cerimonial, com Sr Domício Prates Ribeiro Filho, por meio do telefone (41) 3330-8966, no horário das 12h às 19h, ou pelo e-mail cerimonial@tre-pr.jus.br.

Curitiba, 19 de junho de 2019.

Débora Beatriz Machado Lopes

Chefe da Seção de Atendimento aos Sistemas Administrativos e Contratações Diretas
SASAC